

Sumário

Capítulo I – Direito social, função social e valores sociais	1
Capítulo II – Os valores sociais e a função social no plano constitucional brasileiro: os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estruturando a interpretação dos dispositivos constitucionais bem como os princípios gerais da ordem econômica	15
Capítulo III – A empresa como atividade econômica e sua função social	21
1. Conceito de atividade e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna	36
2. As atividades previstas no âmbito do direito constitucional em face de diferentes circunstâncias normativas.....	39
3. As atividades econômicas e seu balizamento constitucional.....	42
4. As atividades econômicas em face do princípio da defesa do meio ambiente: as empresas em face do direito ambiental constitucional e o desenvolvimento destinado a atender às necessidades do presente, sem comprometer as futuras gerações.....	47

5. Funções que devem ser desempenhadas pelas atividades econômicas em benefício da coletividade visando atender às necessidades do presente, sem comprometer as futuras gerações: a atividade vinculada ao regime jurídico dos bens ambientais e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (Arts. 225, § 1º, IV da Constituição Federal).....	51
5.1. A atividade vinculada ao regime jurídico dos bens ambientais em face de sua função social: os bens ambientais.....	53
5.1.1. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem conforme interpretação que desenvolvemos desde o início do século e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindividuais.....	53
5.1.2. Os bens ambientais em face de sua estrutura jurídica constitucional: bens essenciais à sadia qualidade de vida e de uso comum do povo. A orientação do Supremo Tribunal Federal (ADI 4066 e ADI 3470)	93
5.1.2.1. Bens essenciais à sadia qualidade de vida: Piso Vital Mínimo e a “Tese” as “Reserva do Possível” (Der Vorbehalt des Möglichen)	97
5.1.2.2. Bens de uso comum do povo	100
5.1.3. A natureza jurídica constitucional dos bens ambientais em face do direito constitucional de propriedade.....	101

5.2. As atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e o estudo prévio de impacto ambiental (Art. 225, parágrafo 1º, IV) como instrumento constitucional destinado a assegurar funções que devem ser desempenhadas em benefício da coletividade	112
--	-----

Capítulo IV – As empresas transnacionais em face do direito ambiental constitucional brasileiro	115
1. Empresas transnacionais	115
2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro	130
Referências	139